

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Dinheiro associado a endereços de Jaques Wagner será periciado

Objetivo da Polícia Federal é identificar origem das cédulas encontradas

/ INVESTIGAÇÃO

O dinheiro em espécie apreendido em endereços ligados ao líder do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), será encaminhado à perícia pela Polícia Federal para análise da origem das cédulas.

A avaliação também irá analisar se as justificativas do senador, de que são valores oriundos de diárias não utilizadas em missões internacionais, são válidas. O procedimento é normal em operações com materiais apreendidos.

Nesta quinta-feira, a PF encontrou US\$ 55 mil e € 33 mil (cerca de R\$ 471 mil, em valores atuais) em endereços ligados a Wagner, ao cumprir mandados de busca e operação na nova fase da Operação Compliance Zero.

Em nota, o senador afirmou que não é réu, não foi denunciado e não foi acusado em nenhum processo relacionado aos fatos investigados. Sobre os valores em espécie apreendidos, a nota informa que o montante é fruto de diárias legais, declaradas e não utilizadas em missões internacionais oficiais.

A PF encontrou US\$ 49 mil em dinheiro vivo no quarto de hotel em que Wagner mora, no Distrito Federal, além de € 33,5 mil e US\$ 6.175 em endereços relacionados ao parlamentar na Bahia.

Autorizada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a operação mira ligação entre o líder do governo no Senado e o empresário Augusto Lima, que foi sócio do Banco Master de Daniel Vorcaro.

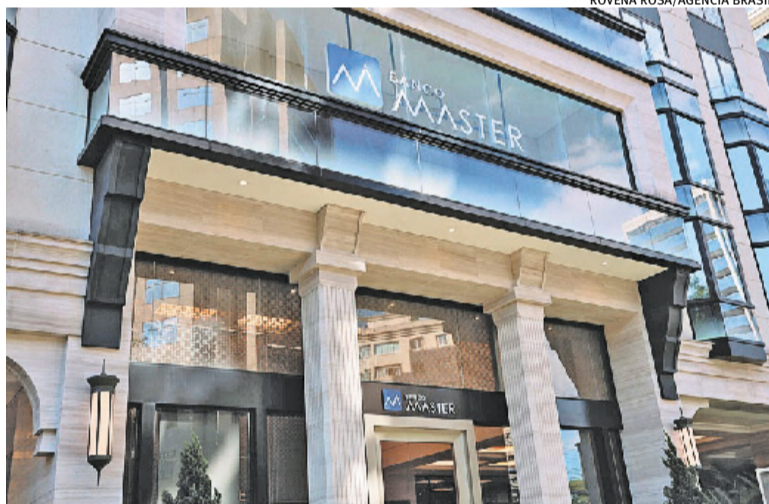
“O senador Jaques Wagner reitera que permanece à inteira disposição das autoridades para prestar quaisquer esclarecimentos, com a certeza de que a verdade prevalecerá”, disse, em nota.

O advogado do senador, Pablo Domingues, disse que o “que se obteve como resultado da busca, se alcançaria facilmente sem ela”. “Infelizmente, o expediente se repete em ano de eleição, nos mesmos modos da busca e apreensão

realizada em 2018”, disse, em referência a uma ação da PF contra Wagner na época da Operação Lava Jato.

Domingues também disse que lamentava a divulgação das fotos da apreensão pela Polícia Federal, e disse que “o processo penal não pode ser instrumento de constrangimento público”. A defesa do empresário Augusto Lima afirmou que os fatos serão esclarecidos e que ele sempre agiu dentro da lei.

A ação da PF apura suspeitas de que Wagner recebeu pagamentos ligados ao Banco Master, de Daniel Vorcaro, por meio da empresa da esposa do enteado, além de um apartamento em Salvador avaliado em R\$ 2,5 milhões.



PF apura se Wagner recebeu pagamentos ligados ao Banco Master

Moraes decidirá sobre prisão domiciliar de Bolsonaro

/ STF

O prazo de 90 dias da prisão domiciliar temporária concedida ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) termina nesta quinta-feira. A continuidade ou não da medida dependerá de decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso.

Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e 3 meses de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes relacionados à trama golpista. O cumprimento da pena teve início em novembro do ano passado, primeiro em unidades da Polícia Federal em Brasília e depois na chamada “Papudinha”.

A prisão domiciliar foi autorizada em março, em caráter humanitário, após internação por bron-

copneumonia e sob argumento de necessidade de cuidados médicos contínuos.

A medida foi fixada por 90 dias, contados a partir da alta hospitalar, registrada em 27 de março. Bolsonaro permanece desde então em uma casa no bairro Jardim Botânico, em Brasília.

Ao fim do prazo, caberá ao STF reavaliar se permanecem os requisitos que justificaram a prisão domiciliar ou se Bolsonaro deverá retornar ao regime anterior.

Na última sexta-feira, um boletim médico apontou melhora no quadro de saúde do ex-presidente, com evolução no tratamento do ombro operado e redução das crises de soluço, além de maior disposição física. O relatório também registra efeitos colaterais como sonolência diurna e instabilidade

no equilíbrio.

Em paralelo, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu ao STF, pela segunda vez, a revogação da prisão domiciliar. Agora o parlamentar cita um episódio em que a escolta de Bolsonaro impediu a intimação da Polícia Civil do Distrito Federal, no âmbito de investigação sobre a apreensão de uma arma com um de seus seguranças.

Segundo ele, a medida não estaria sendo plenamente cumprida o que justificaria o retorno ao regime prisional.

A polícia havia solicitado a Moraes permissão para interrogar Bolsonaro sobre o caso por videoconferência. O ministro, contudo, determinou que o depoimento seja colhido presencialmente nesta terça-feira, às 15h, na casa onde o ex-presidente cumpre pena.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br



FOTOMONTAGEM/DIVULGAÇÃO/JC

Herança política em disputa

Impedido de disputar cargos públicos e, afastado da corrida eleitoral, Jair Bolsonaro (PL) continua agindo como principal articulador do campo conservador para as eleições de 2026. A estratégia que se desenha não é a de uma despedida da política, mas a de uma tentativa de permanecer no centro das decisões mesmo sem estar na urna eletrônica.

Preservar a força eleitoral

O movimento ocorre em várias frentes ao mesmo tempo e revela um objetivo claro: preservar a força eleitoral do sobrenome Bolsonaro, manter mobilizada sua base política e evitar que o espaço da direita seja ocupado por outras lideranças com pretensões nacionais.

Brasília continua sendo prioridade

Na capital federal, o núcleo bolsonarista busca manter influência sobre uma das cadeiras mais importantes do Congresso Nacional, o Senado. A possível candidatura de Michelle Bolsonaro (ao centro na foto) ao Senado pelo Distrito Federal tem um significado que vai além da eleição de mais um parlamentar. O Senado será protagonista nos próximos anos em temas sensíveis como indicações para tribunais superiores, reformas constitucionais e investigações parlamentares. Manter presença forte na casa significa preservar capacidade de influência sobre a agenda política nacional.

Santa Catarina como trincheira

Enquanto Brasília concentra o jogo institucional, Santa Catarina aparece como território prioritário para a consolidação de bases eleitorais. O estado foi um dos mais fiéis redutos de Jair Bolsonaro nas últimas eleições, e se transformou em símbolo da direita brasileira. A presença de filhos do ex-presidente em disputas locais amplia a tentativa de transformar Santa Catarina em uma espécie de capital política do bolsonarismo.

Centro de poder regional

Mais do que vencer eleições estaduais, o objetivo parece ser construir um centro de poder regional capaz de irradiar influência para o restante do país. Trata-se de uma estratégia semelhante à adotada por grupos políticos que consolidam territórios antes de ampliar sua presença nacional.

A corrida pelo Planalto

No plano nacional, a eventual candidatura de Flávio Bolsonaro (à esq. na foto) à Presidência da República possui um significado político evidente: manter o sobrenome Bolsonaro na cabeça da chapa. A movimentação produz um efeito imediato. Ao colocar um integrante da família na disputa, dificulta o surgimento de uma candidatura alternativa capaz de unificar a direita longe de sua influência. O ex-deputado Eduardo Bolsonaro (à dir. na foto), por sua vez, ainda alimenta a pretensão de concorrer como suplente ao Senado.